COMISSÃO
EUROPEIA

Bruxelas, 28.1.2022
COM(2022) 80 final

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO

Ajustamento do quadro financeiro plurianual em conformidade com o artigo 7.º do Regulamento (UE, Euratom) 2020/2093 do Conselho que estabelece o quadro financeiro plurianual para o período de 2021 a 2027

1. INTRODUÇÃO

O artigo 7.º do Regulamento 2020/2093 do Conselho, de 17 de dezembro de 2020, que estabelece o quadro financeiro plurianual para o período de 2021 a 2027[1] (Regulamento QFP) prevê um ajustamento do quadro financeiro plurianual (QFP) em caso de adoção tardia de regras ou programas em regime de gestão partilhada:

1. *Caso sejam adotadas, após 1 de janeiro de 2021, novas regras ou programas em regime de gestão partilhada para os fundos estruturais[2], o Fundo de Coesão, o Fundo para uma Transição Justa, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, o Fundo para o Asilo e a Migração, o Fundo para a Segurança Interna e o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos ao abrigo do Fundo de Gestão Integrada das Fronteiras, os montantes correspondentes às dotações não utilizadas em 2021 são transferidos em percentagens iguais para cada um dos exercícios de 2022 a 2025, e os correspondentes limites máximos do QFP são ajustados em conformidade.*

2. *A Comissão comunica ao Parlamento Europeu e ao Conselho os resultados de todos os ajustamentos efetuados nos termos do n.º 1.*

Em consequência do acordo tardio sobre o QFP 2021-2027, os vários atos jurídicos que estabelecem disposições para a execução dos fundos só foram adotados em meados de 2021: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)[3], o Fundo de Coesão (FC)[4], o Fundo Social Europeu Mais (FSE+)[5], o Fundo para uma Transição Justa (FTJ)[6], o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA)[7], o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI)[8], o Fundo para a Segurança Interna[9] e o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos ao abrigo do Fundo de Gestão Integrada das Fronteiras

---

1 Regulamento (UE, Euratom) 2020/2093 do Conselho, de 17 de dezembro de 2020, que estabelece o quadro financeiro plurianual para o período de 2021 a 2027,JO L 433-I de 22.12.2020, p. 11.

2 Em conformidade com o artigo 175.º do TFUE, esta expressão abrange o Fundo Social Europeu e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

3 Regulamento (UE) 2021/1058 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021, relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e ao Fundo de Coesão, JO L 231 de 30.6.2021, p. 60. Regulamento (UE) 2021/1059 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021, que estabelece disposições específicas relativas ao objetivo de Cooperação Territorial Europeia (Interreg) apoiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelos instrumentos de financiamento externo, JO L 231 de 30.6.2021, p. 94.

4 Idem.

5 Regulamento (UE) 2021/1057 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021, que cria o Fundo Social Europeu Mais (FSE+) e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1296/2013, JO L 231 de 30.6.2021, p. 21.

6 Regulamento (UE) 2021/1056 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021, que cria o Fundo para uma Transição Justa, JO L 231 de 30.6.2021, p. 1.

7 Regulamento (UE) 2021/1139 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de julho de 2021, que cria o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura e que altera o Regulamento (UE) 2017/1004, JO L 247 de 13.7.2021, p. 1.

8 Regulamento (UE) 2021/1147 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de julho de 2021, que cria o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, JO L 251 de 15.7.2021, p. 1.

9 Regulamento (UE) 2021/1149 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de julho de 2021, que cria o Fundo para a Segurança Interna, JO L 251 de 15.7.2021, p. 94.

(IGFV)[10]. Para o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), o regulamento de transição[11] para os anos de 2021 e 2022 foi adotado em dezembro de 2020.

Por conseguinte, os programas (com exceção dos programas FEADER, que foram adotados na sua totalidade em 2021) não puderam, na sua maioria, ser adotados em 2021 e não estavam suficientemente avançados para beneficiar do procedimento de transição de dotações previsto no artigo 12.º, n.º 2, alínea a), do Regulamento Financeiro[12]. As dotações não utilizadas em 2021 nem transitadas devem ser transferidas para anos subsequentes através de um ajustamento do QFP, em conformidade com o artigo 7.º do Regulamento QFP.

O ajustamento dos limites máximos do QFP é acompanhado do projeto de orçamento retificativo n.º 1/2022, que reflete o impacto desta transferência nas dotações de autorização de 2022[13]. O ajustamento e a adoção do orçamento retificativo constituem condições necessárias para a execução, em 2022, de todos os programas que não foram adotados em 2021, mediante a primeira parcela das autorizações orçamentais e o pagamento de pré-financiamentos no quadro desses programas.

2. ÂMBITO DO AJUSTAMENTO

O artigo 7.º do Regulamento QFP aplica-se exclusivamente aos nove fundos identificados no artigo 7.º, n.º 1, («os fundos») e, além disso, apenas à parte destes fundos afetada à execução em regime de gestão partilhada.

O ajustamento aplica-se em caso de adoção, após 1 de janeiro de 2021, de novas regras ou programas em regime de gestão partilhada. Se os acordos de parceria exigidos para alguns fundos ao abrigo do Regulamento Disposições Comuns[14] (RDC), preverem contribuições de fundos do RDC para outros programas ou fundos ao abrigo do artigo 14.º e do artigo 26.º do RDC, essas contribuições só são incluídas na reprogramação se o instrumento recetor fizer parte dos fundos identificados nos termos do artigo 7.º, n.º 1, do Regulamento QFP. Os recursos do FEDER no âmbito da CTE/Interreg ao abrigo da rubrica 2-A estão incluídos na reprogramação.

Relativamente a todos os fundos, as ações executadas pela Comissão em regime de gestão direta (como a assistência técnica por iniciativa da Comissão no âmbito de todos os fundos, as

---

[10] Regulamento (UE) 2021/1148 do Parlamento Europeu e do Conselho de 7 de julho de 2021 que cria, no âmbito do Fundo de Gestão Integrada das Fronteiras, o Instrumento de Apoio Financeiro à Gestão das Fronteiras e à Política de Vistos, JO L 251 de 15.7.2021, p. 48.

[11] Regulamento (UE) 2020/2220 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de dezembro de 2020, que estabelece determinadas disposições transitórias para o apoio do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) em 2021 e 2022 e que altera os Regulamentos (UE) n.º 1305/2013, (UE) n.º 1306/2013 e (UE) n.º 1307/2013 no respeitante aos recursos e à aplicação em 2021 e 2022, bem como o Regulamento (UE) n.º 1308/2013 no respeitante aos recursos e à distribuição desse apoio em 2021 e 2022, JO L 437 de 28.12.2020, p. 1.

[12] Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de julho de 2018, relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União, que altera os Regulamentos (UE) n.º 1296/2013, (UE) n.º 1301/2013, (UE) n.º 1303/2013, (UE) n.º 1304/2013, (UE) n.º 1309/2013, (UE) n.º 1316/2013, (UE) n.º 223/2014 e (UE) n.º 283/2014, e a Decisão n.º 541/2014/UE, e revoga o Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012, JO L 193 de 30.7.2018, p. 1.

[13] POR N.º 1/2022, COM(2022) 81.

[14] Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021, que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu Mais, ao Fundo de Coesão, ao Fundo para uma Transição Justa e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura e regras financeiras aplicáveis a esses fundos e ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, ao Fundo para a Segurança Interna e ao Instrumento de Apoio Financeiro à Gestão das Fronteiras e à Política de Vistos, JO L 231 de 30.6.2021, p. 159.

ações inovadoras ou as componentes de gestão direta ou indireta do FSE+, do FEAMPA, do FAMI, do FSI e do IGFV), bem como os montantes transferidos do Fundo de Coesão para o Mecanismo Interligar a Europa, são excluídos da reprogramação, uma vez que não estão cobertos por programas na aceção do artigo 7.º do Regulamento QFP.

Relativamente ao FAMI, ao FSI e ao IGFV, as dotações para os respetivos instrumentos temáticos são excluídas da reprogramação, embora estas atividades possam ser executadas em regime de gestão partilhada.

As contribuições de outros instrumentos e programas, incluindo os da rubrica 6, para os fundos referidos no artigo 7.º, n.º 1, do Regulamento QFP são excluídas da reprogramação.

3. RESULTADOS DO AJUSTAMENTO

As dotações de autorização não utilizadas em 2021 para programas em regime de gestão partilhada na aceção do artigo 7.º do Regulamento QFP ascendem a 48 988 299 856 EUR, a preços correntes. Este montante corresponde às dotações de autorização de 2021 cuja execução estava prevista em regime de gestão partilhada, mas que não puderam ser utilizadas em 2021 nem transitadas para 2022 devido à adoção tardia dos programas correspondentes.

O quadro seguinte mostra a repartição por fundo das autorizações de 2021 a executar em regime de gestão partilhada, distinguindo as autorizações autorizadas em 2021 das autorizações transitadas e das autorizações a transferir ao abrigo do artigo 7.º do Regulamento QFP:

(Preços correntes, em EUR)

Fundo		**Dotação de 2021**[15]	**Adotados em 2021**[16]	**Transição**[17]	**Transferidas nos termos do artigo 7.º do Regulamento QFP**
Fundo Social Europeu+	FSE+	12 703 321 468	0	0	12 703 321 468
Fundo Social Europeu+ - Contribuição para o Fundo para uma Transição Justa	FSE+ / FTJ	14 353 437	0	0	14 353 437
Fundo Social Europeu+ - Contribuição para o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos	FSE+ / IGFV	23 084 677	0	0	23 084 677
Fundo de Coesão	FC	4 667 326 227	0	0	4 667 326 227
Fundo de Coesão - Contribuição para o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos	FC / IGFV	11 942 427	0	0	11 942 427
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	FEDER	27 682 703 881	0	0	27 682 703 881
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - Contribuição para o Fundo para uma Transição Justa	FEDER / FTJ	57 412 634	0	0	57 412 634
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - Contribuição para o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos	FEDER / IGFV	45 229 523	0	0	45 229 523
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - Cooperação territorial	FEDER / CT	1 216 170 898	0	0	1 216 170 898
Subtotal Rubrica 2-A		**46 421 545 172**	**0**	**0**	**46 421 545 172**
Fundo para uma Transição Justa	FTJ	1 133 029 041	0	0	1 133 029 041
Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura	FEAMPA	648 270 207	0	0	648 270 207
Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura - Contribuição para o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos	FEAMPA / IGFV	1 376 095	0	0	1 376 095
Subtotal Rubrica 3		**1 782 675 343**	**0**	**0**	**1 782 675 343**
Fundo para o Asilo e a Migração	FAMI	397 437 000	0	0	397 437 000
Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos ao abrigo do Fundo de Gestão Integrada das Fronteiras	IGFV	278 499 341	0	0	278 499 341

[15] Total das dotações de autorização de 2021 para os fundos pertinentes cuja execução estava prevista em regime de gestão partilhada.

[16] Dotações de autorização utilizadas para os programas adotados em 2021.

[17] Dotações de autorização transitadas e utilizadas para programas a adotar até ao final de março de 2022.

Subtotal Rubrica 4		**675 936 341**	**0**	**0**	**675 936 341**
Fundo para a Segurança Interna	FSI	108 143 000	0	0	108 143 000
Subtotal Rubrica 5		**108 143 000**	**0**	**0**	**108 143 000**
TOTAL		**48 988 299 856**	**0**	**0**	**48 988 299 856**

Em conformidade com o artigo 7.º do Regulamento QFP, as dotações não utilizadas em 2021 e não transitadas são transferidas em proporções iguais para cada um dos exercícios de 2022 a 2025, como indicado no quadro infra.

(Preços correntes, em EUR)

Fundo		**Montante a transferir**	**para 2022**	**para 2023**	**para 2024**	**para 2025**
Fundo Social Europeu+	FSE+	12 703 321 468	3 175 830 376	3 175 830 376	3 175 830 376	3 175 830 340
Fundo Social Europeu+ - Contribuição para o Fundo para uma Transição Justa	FSE+ / FTJ	14 353 437	3 588 359	3 588 359	3 588 359	3 588 360
Fundo Social Europeu+ - Contribuição para o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos	FSE+ / IGFV	23 084 677	5 771 169	5 771 169	5 771 169	5 771 170
Fundo de Coesão	FC	4 667 326 227	1 166 831 558	1 166 831 558	1 166 831 558	1 166 831 553
Fundo de Coesão - Contribuição para o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos	FC / IGFV	11 942 427	2 985 607	2 985 607	2 985 607	2 985 606
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	FEDER	27 682 703 881	6 920 675 976	6 920 675 976	6 920 675 976	6 920 675 953
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - Contribuição para o Fundo para uma Transição Justa	FEDER / FTJ	57 412 634	14 353 159	14 353 159	14 353 159	14 353 157
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - Contribuição para o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos	FEDER / IGFV	45 229 523	11 307 381	11 307 381	11 307 381	11 307 380
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - Cooperação territorial	FEDER / CT	1 216 170 898	304 042 732	304 042 732	304 042 732	304 042 702
Subtotal Rubrica 2-A		**46 421 545 172**	**11 605 386 317**	**11 605 386 317**	**11 605 386 317**	**11 605 386 221**
Fundo para uma Transição Justa	FTJ	1 133 029 041	283 257 264	283 257 264	283 257 264	283 257 249
Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura	FEAMPA	648 270 207	162 067 555	162 067 555	162 067 555	162 067 542
Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura - Contribuição para o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos	FEAMPA / IGFV	1 376 095	344 024	344 024	344 024	344 023
Subtotal Rubrica 3		**1 782 675 343**	**445 668 843**	**445 668 843**	**445 668 843**	**445 668 814**
Fundo para o Asilo e a Migração	FAMI	397 437 000	99 359 253	99 359 253	99 359 253	99 359 241
Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos ao abrigo do Fundo de Gestão Integrada das Fronteiras	IGFV	278 499 341	69 624 839	69 624 839	69 624 839	69 624 824
Subtotal Rubrica 4		**675 936 341**	**168 984 092**	**168 984 092**	**168 984 092**	**168 984 065**
Fundo para a Segurança Interna	FSI	108 143 000	27 035 754	27 035 754	27 035 754	27 035 738
Subtotal Rubrica 5		**108 143 000**	**27 035 754**	**27 035 754**	**27 035 754**	**27 035 738**
TOTAL		**48 988 299 856**	**12 247 075 006**	**12 247 075 006**	**12 247 075 006**	**12 247 074 838**

As implicações a médio e longo prazo a nível dos pagamentos intermédios relacionados com a reprogramação não podem ser efetivamente estimadas nesta fase do processo de execução. A reprogramação das dotações de autorização de 2021 para os anos posteriores permitiria, em princípio, que os Estados-Membros transferissem os pedidos de pagamento de um ano para os anos seguintes. Ao mesmo tempo, em todos os programas, independentemente da sua data de adoção, as despesas são elegíveis a partir de 1 de janeiro de 2021, pelo que o ritmo real de execução não é necessariamente predeterminado pela reprogramação. O ajustamento automático do limite máximo dos pagamentos no âmbito do mecanismo do Instrumento de Margem Único referido no artigo 11.º, n.º 1, alínea b), do Regulamento QFP deve permitir a ocorrência de alterações nas necessidades de pagamento decorrentes do exercício de reprogramação ao longo dos anos restantes do QFP.

4. LIMITES MÁXIMOS AJUSTADOS DO QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL

Os montantes a transferir a preços correntes são convertidos em preços de 2018 para ajustar o quadro financeiro plurianual, que é expresso a preços de 2018. Para esse efeito, os montantes anuais das transferências são, em primeiro lugar, convertidos em preços de 2018 mediante a aplicação do deflator fixo anual de 2 %. Os resultados a preços correntes e a preços de 2018 são arredondados para exprimir os limites máximos e os sublimites ajustados em milhões de euros.

Os quadros que se seguem resumem as alterações dos limites máximos do quadro financeiro plurianual, com base no artigo 7.º do Regulamento QFP, a preços correntes e de 2018, em comparação com o último ajustamento técnico efetuado para 2022[18].

QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL (UE-27)

(em milhões de euros - preços correntes)

DOTAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Total 2021-2027
1. Mercado único, inovação e digital	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
2. Coesão, resiliência e valores	-46 422	11 606	11 606	11 606	11 606	0	0	2
2-A. Coesão económica, social e territorial	-46 422	11 606	11 606	11 606	11 606	0	0	2
2-B. Resiliência e valores	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
3. Recursos naturais e ambiente	-1 783	446	446	446	446	0	0	1
das quais: Despesas de mercado e pagamentos diretos	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
4. Migração e gestão das fronteiras	**-676**	**169**	**169**	**169**	**169**	**0**	**0**	**0**
5. Segurança e defesa	**-109**	**28**	**28**	**28**	**28**	**0**	**0**	**3**
6. Vizinhança e mundo	0	0	0	0	0	0	0	0
7. Administração pública europeia	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
das quais: Despesas administrativas das instituições								
TOTAL DAS DOTAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO	**-48 990**	**12 249**	**12 249**	**12 249**	**12 249**	**0**	**0**	**6**
TOTAL DAS DOTAÇÕES DE PAGAMENTO	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Nota: o resultado líquido positivo para o total de 2021-2027 deve-se ao arredondamento.

QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL (UE-27)

(em milhões de EUR - preços de 2018)

DOTAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Total 2021-2027
1. Mercado único, inovação e digital	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
2. Coesão, resiliência e valores	**-43 745**	**10 722**	**10 512**	**10 306**	**10 104**	**0**	**0**	**-2 101**
2-A. Coesão económica, social e territorial	-43 745	10 722	10 512	10 306	10 104	0	0	-2 101
2-B. Resiliência e valores	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Recursos naturais e ambiente	**-1 680**	**412**	**404**	**396**	**388**	**0**	**0**	**-80**
das quais: Despesas de mercado e pagamentos diretos	0	0	0	0	0	0	0	0
4. Migração e gestão das fronteiras	**-637**	**157**	**154**	**151**	**148**	**0**	**0**	**-27**
5. Segurança e defesa	**-102**	**25**	**25**	**25**	**24**	**0**	**0**	**-3**
6. Vizinhança e mundo	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
7. Administração pública europeia	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
das quais: Despesas administrativas das instituições	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
TOTAL DAS DOTAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO	**-46 164**	**11 316**	**11 095**	**10 878**	**10 664**	**0**	**0**	**-2 211**
TOTAL DAS DOTAÇÕES DE PAGAMENTO	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

[18] COM(2021) 365 final, de 7 de junho de 2021.